

Assunto: **[PEDIDO DE ESCLARECIMENTO]: PE nº 90022/2024 - Pref. Mun. de Saquarema/RJ - Gestão de benefícios (vale alimentação/refeição)**

De: Lúcia Helena <lucia.costa@uzzipay.com>

Para: <licitacao@saquarema.rj.gov.br>

Cc: Estéfanne Barros <Estefanne.barros@uzzipay.com>, Bruna Passos <bruna.passos@uzzipay.com>

Data: 02/09/2024 18:17



Boa tarde!

Tudo bom?

Prezados, considerando a publicação do PE nº 90022/2024 desta Prefeitura Municipal de Saquarema/RJ, cujo objeto trata Contratação de empresa especializada na administração e fornecimento de cartões eletrônicos, magnéticos ou de similar tecnologia, visando a concessão de auxílio alimentação para os servidores públicos do Município de Saquarema,, tendo o valor estimado de R\$ 4.858.620,00 (*quatro milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e vinte reais*), por meio deste, solicito esclarecimento quanto aos pontos a seguir:

- O Órgão Contratante já faz uso do tipo de serviço a ser licitado? Se sim, qual a atual empresa Contratada e qual a taxa praticada?
- Como condição para Habilitação da licitante com a melhor proposta, será exigido teste/amostra de funcionalidade sistêmica?
- Qual é o prazo para apresentação da rede credenciada?
- Será permitido taxa negativa?
- Qual o prazo para a implantação do serviços, após a assinatura do Contrato? Bem como do treinamento?
- As licitantes cujas detenham cartões bandeirados e a aceitabilidade dos mesmos seja de ampla abrangência, essas poderão ser desobrigadas de apresentar a relação da rede credenciada no momento oportuno?
- Caso a Contratada não tenha taxa administrativa a ser cobrada (Exemplo: 0,00%) da Contratante, a Contratada fica desobrigada de apresentar Nota Fiscal e em contrapartida, encaminhar somente a Nota Fatura? Em caso negativo, a NF pode ser emitida com o valor final de R\$ 0,01 e no campo de descrição conter todos os dados pertinentes aos pedidos mensais das recargas?
- Considerando que trata-se de concessão de benefício, a Contratante entende que o pagamento deve ser realizado na modalidade pré-pago e não pós-pago? Ou seja, primeiro realizado o pagamento pertinentes aos valores dos respectivos benefícios à Contratada para somente depois, essa efetivar as recargas devidas nos cartões dos beneficiários.
- Os cartões serão enviados com a identificação do órgão, porém são não-nominais, podendo ser disponibilizados para qualquer colaborador. A vinculação com o colaborador será feita no momento da ativação do cartão, onde ele terá que ler o QR Code com o celular para vincular o cartão ao seu CPF. Assim, o cartão será associado ao nome do colaborador virtualmente, isso atende à necessidade da CONTRATANTE?
- Será aceito empresas de arranjo aberto ou somente arranjo fechado?

certeza de vossa compreensão, fico no aguardo dos devidos esclarecimentos.

Dúvidas, estou à disposição.

Atenciosamente,

UZZIPAY

Lucia Costa
Assistente Administrativo

lucia.costa@uzzipay.com
69 9 9399-5980 - Ramal 1230
uzzipay.com





PROCESSO Nº 14202/23
FLS. 525 RUBRICA P

RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

Referência: Pregão Eletrônico nº 90022/2024

Processo nº: 14.202/2023

Solicitante: LÚCIA HELENA

Saquarema, 04 de setembro de 2024.

Prezado(a) Senhor(a),

Em atenção ao e-mail de 02/09/2024 às 18:17h que se refere a solicitação de:

Pergunta:

Prezados, considerando a publicação do PE nº 90022/2024 desta Prefeitura Municipal de Saquarema/RJ, cujo objeto trata Contratação de empresa especializada na administração e fornecimento de cartões eletrônicos, magnéticos ou de similar tecnologia, visando a concessão de auxílio alimentação para os servidores públicos do Município de Saquarema, tendo o valor estimado de R\$ 4.858.620,00 (quatro milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e vinte reais), por meio deste, solicito esclarecimento quanto aos pontos a seguir:

1. O Órgão Contratante já faz uso do tipo de serviço a ser licitado? Se sim, qual a atual empresa Contratada e qual a taxa praticada?

Resposta: Atualmente não há empresa contratada para o fornecimento do objeto em questão.

2. Como condição para Habilitação da licitante com a melhor proposta, será exigido teste/amostra de funcionalidade sistêmica?

Resposta: Não haverá exigência de teste/amostra de funcionalidade sistêmica como condição de habilitação no certame licitatório, porém, poderá ser exigida na execução do objeto, sob pena de descumprimento da obrigação contratual.

3. Qual é o prazo para apresentação da rede credenciada?

Resposta: A apresentação da rede credenciada será no momento da assinatura do contrato, conforme disposto no subitem 11.14 do Termo de Referência:

11.14. A Contratada deverá comprovar que possui o número mínimo de estabelecimentos credenciados no Município, conforme disposto no item 11.13 do TR, no ato da assinatura do contrato. A comprovação deve incluir o endereço, nome do estabelecimento, CNPJ e telefone.



PROCESSO Nº 14202/23
FLS. 526 RUBRICA P

4. Será permitido taxa negativa?

Resposta: Não será permitida taxa negativa.

5. Qual o prazo para a implantação dos serviços, após a assinatura do Contrato? Bem como do treinamento?

Resposta: 60 (sessenta) dias, conforme disposto no subitem 5.1.1 do Termo de Referência:

5.1.1. O prazo máximo para fornecimento total do material será de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da emissão da ordem de início de serviço.

6. As licitantes cujas detenham cartões bandeirados e a aceitabilidade dos mesmos seja de ampla abrangência, essas poderão ser desobrigadas de apresentar a relação da rede credenciada no momento oportuno?

Resposta: É importante destacar que a limitação geográfica é um requisito essencial na contratação. Se for possível implementar tal restrição, ela deverá estar em conformidade com os requisitos e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência.

Especificamente, o art. 1º, § 5º, da Lei nº 1.740, de 25 de outubro de 2018, determina que o cartão alimentação somente poderá ser utilizado pelo servidor público municipal nos limites do Município de Saquarema. Além disso, o Termo de Referência estabelece:

11.18. Com base no art. 1º, § 5º da Lei Municipal nº 1.740, de 25 de outubro de 2018, a contratada deverá dispor de um SISTEMA que limite a utilização do cartão alimentação aos estabelecimentos comerciais situados no Município de Saquarema.

11.19. A eficácia do sistema será avaliada ao longo da execução contratual, e qualquer falha na restrição do uso do benefício dentro do perímetro territorial do Município de Saquarema resultará no descumprimento da obrigação contratual.

7. Caso a Contratada não tenha taxa administrativa a ser cobrada (Exemplo: 0,00%) da Contratante, a Contratada fica desobrigada de apresentar Nota Fiscal e em contrapartida, encaminhar somente a Nota Fatura? Em caso negativo, a NF pode ser emitida com o valor final de R\$ 0,01 e no campo de descrição conter todos os dados pertinentes aos pedidos mensais das recargas?

Resposta: Considerando que será VEDADA a cobrança de taxa de administração dos estabelecimentos comerciais credenciados no Município de Saquarema em relação ao benefício do auxílio alimentação, conforme disposto no Item 3.6 do Termo de Referência e que ficará incumbida à Administração Pública todo o custo, a aplicação de taxas ínfimas por parte das licitantes estará sujeita a análise e podem ser consideradas inexequíveis.



PROCESSO Nº 14202/23
FLS. 527 RUBRICA P

8. Considerando que trata-se de concessão de benefício, a Contratante entende que o pagamento deve ser realizado na modalidade pré-pago e não pós-pago? Ou seja, primeiro realizado o pagamento pertinente aos valores dos respectivos benefícios à Contratada para somente depois, essa efetivar as recargas devidas nos cartões dos beneficiários.

Resposta: Os pagamentos não serão feitos de forma que descaracterizem a natureza pré-paga dos valores a serem disponibilizados aos empregados, conforme item 7 do Termo de Referência:

7. Da Fase de Pagamento, Recebimento Provisório e Definitivo

7.1. Atualmente a legislação vigente que regula o funcionamento do PAT (Lei nº 14.442/2022) VEDA de forma expressa quaisquer prazos de repasse ou pagamento que descaracterizem a natureza pré-paga dos valores a serem disponibilizados aos empregados.

7.2. De acordo com o item anterior, será adotada a seguinte ordem cronológica e processual:

7.2.1. Até o 28º (vigésimo oitavo) dia corrido do mês de referência, o Departamento Pessoal da contratante enviará à contratada um relatório contendo a lista dos servidores beneficiários do auxílio alimentação. Este relatório deverá conter, principalmente, os seguintes dados: nome dos servidores em ordem alfabética, CPF, valor do benefício atribuído ao servidor, total de servidores beneficiados e o valor total dos benefícios.

7.2.2 Dentro do prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contratada emitirá e enviará a nota fiscal, na qual constarão os seguintes dados no corpo descritivo: total de servidores beneficiados, valor total dos benefícios, taxa de administração (%) e o valor total da despesa.

7.2.3. Após o recebimento da nota fiscal, o fiscal do contrato examinará os quantitativos e os valores indicados nela. Ao confirmar que o valor total da despesa corresponde ao relatório enviado pela contratante, o fiscal emitirá um Termo de Recebimento Provisório (TRP). Este documento será encaminhado ao ordenador de despesas no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a partir do recebimento da nota.

7.2.4. O Termo de Recebimento Provisório (TRP) será encaminhado ao ordenador de despesas, que, ao confirmá-lo, enviará o processo à Secretaria de Finanças, acompanhado de um despacho autorizando o pagamento da nota fiscal.



PROCESSO Nº 14202/23

FLS. 528 RUBRICA R

7.2.5. Após o pagamento da nota fiscal, o contratado deverá tomar as providências imediatas para realizar os depósitos dos créditos do auxílio alimentação aos servidores, conforme a relação previamente fornecida pelo Departamento Pessoal da contratante.

7.2.6. A contratada deverá apresentar, dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a prestação de contas do pagamento realizado antecipadamente pela Administração Pública. Este relatório deverá conter principalmente as seguintes informações: nome dos servidores em ordem alfabética, CPF, valor do benefício atribuído ao servidor, total de servidores beneficiados, valor total dos benefícios, taxa de administração (%) e o valor total da despesa.

7.2.7. O fiscal do contrato examinará a prestação de contas apresentada pela contratada, conferindo a veracidade dos dados registrados referente ao respectivo período contratual, sendo atestada por meio de Termo de Recebimento Definitivo (TRD). Caso sejam identificadas irregularidades ou erros materiais, será solicitada a realização das devidas regularizações ou correções documentais.

9. Os cartões serão enviados com a identificação do órgão, porém são não-nominais, podendo ser disponibilizados para qualquer colaborador. A vinculação com o colaborador será feita no momento da ativação do cartão, onde ele terá que ler o QR Code com o celular para vincular o cartão ao seu CPF. Assim, o cartão será associado ao nome do colaborador virtualmente, isso atende à necessidade da CONTRATANTE?

Resposta: conforme disposto no subitem 4.1.2 do Termo de Referência (Anexo I do Edital):

4.1.2. Os cartões deverão conter identificação (nome e código do cartão), o qual será validado por meio de senha individual durante a execução de qualquer operação realizada nos estabelecimentos da rede conveniada.

Desta forma, o objeto ofertado em desacordo com o estipulado no Termo de Referência, não atende à presente contratação.

10. Será aceito empresas de arranjo aberto ou somente arranjo fechado?

Resposta: Em resposta à pergunta sobre a exigência de comprovação do quantitativo de estabelecimentos credenciados para empresas pertencentes ao arranjo de pagamento aberto, é importante destacar que a limitação geográfica é um requisito essencial na contratação. Para atender a essa necessidade, um arranjo fechado poderia ser mais



PROCESSO Nº 14202/23
FLS. 529 RUBRICA R

adequado, pois oferece maior controle sobre onde o cartão pode ser utilizado, geralmente restringindo o uso a uma rede específica de estabelecimentos em uma área delimitada. No entanto, no caso de um arranjo aberto, a limitação do uso do cartão ao perímetro territorial de uma cidade, como o Município de Saquarema, não é uma prática comum. Se for possível implementar tal restrição, ela deverá estar em conformidade com os requisitos estabelecidos no Termo de Referência.

Especificamente, o art. 1º, § 5º, da Lei nº 1.740, de 25 de outubro de 2018, determina que o cartão alimentação somente poderá ser utilizado pelo servidor público municipal nos limites do Município de Saquarema. Além disso, o Termo de Referência estabelece:

11.18. Com base no art. 1º, § 5º da Lei Municipal nº 1.740, de 25 de outubro de 2018, a contratada deverá dispor de um SISTEMA que limite a utilização do cartão alimentação aos estabelecimentos comerciais situados no Município de Saquarema.

11.19. A eficácia do sistema será avaliada ao longo da execução contratual, e qualquer falha na restrição do uso do benefício dentro do perímetro territorial do Município de Saquarema resultará no descumprimento da obrigação contratual.

Portanto, enquanto a comprovação do quantitativo de estabelecimentos credenciados é relevante, a implementação e eficácia de um sistema que respeite as limitações geográficas exigidas pelo contrato é igualmente crucial, especialmente em um arranjo de pagamento aberto.

Acreditamos ter prestado satisfatoriamente os esclarecimentos solicitados. Nos colocamos a disposição, caso haja necessidade de novos esclarecimentos.

Atenciosamente,


GUILHERME CASTRO
Pregoeiro

Guilherme V. e Castro
Diretor Adjunto de Licitação
Mat. 8109